EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 1074/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

REGISTRO \mathbf{DE} **PREÇOS PARA FUTURA** CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA ESPECIALIZADA ELABORAÇÃO DIAGRAMAÇÃO PARA** \mathbf{E} POSTERIOR **AQUISIÇÃO** DE **CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA MANUTENÇÃO** DAS **ATIVIDADES EDUCACÃO** DAS **ESCOLAS** DE **INFANTIL** DAS **ESCOLAS** DE **ENSINO** \mathbf{E} FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ-RS, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Av. Silvio Sanson, 1135, na cidade de Guaporé - RS, de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e os Decretos Municipais nº 3439/2003, 3748/2006, 4761/2012, 5530/2016, 5536/2016, 5616/2017, 5699/2017, 5661/2017 e suas alterações, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, torna público aos interessados que se encontra aberta a licitação **PREGÃO ELETRÔNICO** modalidade No 165/2023, www.pregaoonlinebanrisul.com.br no sistema de REGISTRO DE PREÇOS, com a finalidade de FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO E POSTERIOR AQUISIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO, pelo critério de Menor Preço - Global, de acordo com o que determina o Decreto Municipal nº 5008, de 12 de agosto de 2013, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais condições deste Edital.

ORIGEM: Solicitação de Materiais/Serviços nº 2376 de 2023.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação.

1. LOCAL, DATA E HORA

- **1.1.** A sessão pública será realizada no site <u>www.pregaoonlinebanrisul.com.br</u>, no **dia 16 de novembro de 2023.**
- **1.2.** Horários da sessão:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09 horas. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: às 10 horas. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

- **1.3.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site *www.pregaoonlinebanrisul.com.br* **até o horário determinado para abertura das propostas** (Horário de Brasília DF).
- **1.4.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. OBJETO

- 2.1. A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de Menor Preço Global, para FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO E POSTERIOR AQUISIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO, especificados neste edital, para constarem em REGISTRO DE PREÇOS, a serem fornecidos, quando deles o Município tiver necessidade.
- **2.2.** A especificação completa do serviço consta no **ANEXO I Termo de Referência** deste instrumento licitatório.
- 2.3. O serviço deverá ser prestado de acordo com as especificações e exigências contidas no Projeto Básico ANEXO IV.
- **2.4.** A existência de preços registrados **não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir,** facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DAS VEDAÇÕES

3.1. Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, e que satisfaçam todas as exigências contidas no corpo do instrumento convocatório, em seus anexos e na legislação que rege a matéria.

- **3.1.1.** Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site *www.pregaoonlinebanrisul.com.br*.
- **3.1.2.** A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- **3.1.3.** A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, e que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 360.000,00 (microempresas) e superior a R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00 (empresas de pequeno porte), bem como para a cooperativa que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (conforme disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 e 3º da Lei Complementar nº 123/2006), deverão comprovar o seu enquadramento, conforme as normas estabelecidas neste edital.

3.2. Não poderá participar a empresa que:

- **3.2.1.** Tiver sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
- **3.2.2.** Estiver sob processo de falência ou recuperação judicial;
- **3.2.3.** Encontrar-se impedida de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos.

4. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- **4.1.** As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas em **até 02 (dois)** dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.
- **4.2.** As petições das impugnações serão decididas pelo pregoeiro no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.
- **4.3.** Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, caso seja necessário.

5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- **5.1.** Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site *www.pregaoonlinebanrisul.com.br*.
- **5.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- **5.3.** O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **5.4.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Guaporé, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- **6.1**. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no Item 1.
- **6.1.1.** A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.
- 6.1.2. As empresas de pequeno porte, microempresas e cooperativas que atenderem ao disposto no Item 3.1.3 deste Edital, deverão, na tela de envio de proposta selecionar a opção "Declaro, sob as penas da Lei, de que cumpro com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 ou da Lei 11.488 de 15 de junho de 2007".
- **6.1.3.** A não declaração da empresa na forma estabelecida no Item 6.1.2 acima deste Edital, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 aplicáveis ao presente certame.
- **6.1.4.** A responsabilidade pela declaração de enquadramento conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

- **6.2.** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- **6.2.1.** Não poderá o licitante desistir de seus lances após o encerramento da sessão do pregão, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- **6.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, bem como qualquer erro de digitação deverá ser comunicado durante a sessão do Pregão eletrônico.

6.4. A proposta deverá conter:

- a) Valor em moeda corrente nacional (real), onde estejam incluídas todas as despesas inerentes ao fornecimento do objeto licitado, como obrigações fiscais, carga, descarga e transporte, etc.;
- b) A descrição detalhada e o preço unitário e total dos itens ofertados, bem como o valor global da proposta;
 - c) Data e assinatura do responsável legal da empresa;
- **d**) Razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, e-mail, nome e número do banco, agência e conta bancária, em nome da empresa licitante;
- e) A validade da proposta deverá ser de <u>no mínimo 60 (sessenta) dias</u>, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. A data da validade da proposta não se confundirá com a data de validade da Ata de Registro de preços que é de 12 (doze) meses;
- f) Planilha de custos e quantitativos (para o item 01) com a decomposição do valor unitário da proposta.

Obs.: É de exclusiva responsabilidade do licitante a formação e apresentação da planilha de custos com a decomposição do preço ofertado, devendo preenchê-la e apresentá-la em conformidade com a sua realidade, considerando as condições previstas neste edital. A planilha anexa a este edital é meramente estimativa, não vinculando a mesma para efeitos de julgamento da proposta do licitante em caso de cópia pelo mesmo.

- **6.5.** Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- **6.6.** O valor previsto para cada item do objeto licitado é o estipulado no Termo de Referência, em anexo, que faz parte integrante deste edital.

6.7. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

7. ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

7.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico através do site *www.pregaoonlinebanrisul.com.br*, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

8. FORMULAÇÃO DE LANCES

- **8.1.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
- **8.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo critério **Menor Preço Global,** observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- **8.3.** Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- **8.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- **8.5.** Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.
- **8.6.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo pregoeiro a seu critério, devendo, este, informar o tempo, que poderá variar de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, para que o item entre em tempo aleatório. Após transcorrerá um período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- **8.6.1.** No encerramento de cada item, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2° da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.1.2 deste Edital.
- **8.6.2.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela de pequeno porte, bem como pela cooperativa,



sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

- **8.6.3.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, a empresa será informada de que possui o tempo de até 5 (cinco) minutos para ofertar novo lance ou desistir, se assim o desejar.
- **8.6.4.** Apesar de ser aberto o tempo de novo lance para todas as empresas beneficiadas, será considerada a ordem de classificação para definir a vencedora, independente do melhor lance. As demais serão consideradas para o caso de a vencedora não passar pela fase de habilitação. Caso a empresa melhor classificada não seja habilitada, será obedecida a ordem de classificação e o benefício passará para a próxima melhor classificada.
- **8.7.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- **8.7.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.
- **8.8.** Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- **8.9.** Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da melhor proposta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no <u>Item 10</u>, no prazo máximo de até 2 (duas) horas através do endereço de e-mail <u>licitacoes@guapore.rs.gov.br</u>, ou pelo fax: (54) 3443-5717, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 3 (três) dias úteis.
- **8.9.1.** A critério do pregoeiro, esse prazo poderá ser prorrogado.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **9.1.** Para efeito de julgamento esta licitação é do tipo **Menor preço** pelo critério de **Menor Preço Global**.
- 9.2. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante

vencedor.

9.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar a documentação abaixo relacionada, em seu <u>Original ou através de Cópia Autenticada em cartório ou por servidor público municipal do Município de Guaporé/RS</u>, conforme art. 32 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

10.1.1. DECLARAÇÕES

- **a**) Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358/2002;
- **b**) Declaração de Idoneidade e de inexistência de fato superveniente impeditivo para contratar com o Poder Público, sob as penalidades cabíveis, conforme prescreve o § 2°, Art. 32, da Lei n° 8.666/93.

10.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- **b**) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, <u>devidamente registrado</u>, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e suas publicações, <u>e</u> de sua publicação;
- c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
 - d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em Lei;

- f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, CNDT (expedida pela Justiça do Trabalho).

10.1.4. REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Se esta não possuir especificação quanto a sua validade, subtender-se-á a validade de 90 (noventa) dias da data de sua emissão.

10.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **a**) Profissional na área da comunicação social formado, sendo com habilitação em Publicidade e Propaganda ou Design Gráfico;
 - b) Comprovação de já ter prestado serviços para órgãos públicos e/ou privados.
- **10.2.** A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, e que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 360.000,00 (microempresas) e superior a R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00 (empresas de pequeno porte), bem como para as cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (conforme disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 e 3º da Lei Complementar nº 123/2006), deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica, juntando CERTIDÃO SIMPLIFICADA OU ESPECÍFICA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL REFERENTE AO ANO **DECLARAÇÃO DE QUE** \mathbf{SE} **ENQUADRA** MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA (ANEXO II) referente ao ano vigente, assinada por contador ou técnico contábil responsável pela empresa. Além da assinatura do contador, o documento deverá conter a assinatura do sócio administrador da empresa.
- **10.3.** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 10.2, e que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nas **alíneas "b" a "g"** do item 10.1.3 previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogável por igual período, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- **10.4.** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

- **10.5.** O prazo de que trata o item 10.3 poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **10.6.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 10.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **10.7.** Os documentos de habilitação poderão ser substituídos pelo <u>Certificado de Registro Cadastral (CRF) em vigor</u>, expedido pelo Município de Guaporé/RS. No caso de documentos com prazo de validade vencido deverão anexar junto ao CRF a documentação atualizada, em original ou cópia autenticada em cartório ou por servidor público do município de Guaporé, responsável pelo recebimento dos mesmos, com exceção dos documentos solicitados no item 10.1.1 do edital.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

11.1. Os documentos necessários à habilitação e as propostas comerciais serão recebidos pelo Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis, e deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

AO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ – RS PREGÃO ELETRÔNICO N° 165/2023

PROPONENTE: (Nome Completo da Empresa) CONTATO: (Telefone ou E-mail da Empresa)

- 11.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão ser em seu <u>Original ou através de Cópia Autenticada em cartório ou por servidor público municipal do Município de Guaporé/RS</u>, conforme art. 32 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, obrigando-se o proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.
- **11.3.** Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser enviados para a Secretaria Municipal da Administração, Setor de Licitações, sita na Av. Silvio Sanson, 1135 Centro CEP 99200-000 Guaporé/RS, A/C Pregoeiro.

12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

12.1. O valor unitário previsto para cada item do objeto licitado é o estipulado no

Termo de Referência - valor unitário, anexo deste edital.

12.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, na forma da Lei (Lei nº 8.666/93, art. 48, II).

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Não tendo sido interpostos recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante cuja proposta for considerada vencedora e a autoridade competente homologará o procedimento licitatório. Decididos os recursos porventura interpostos, tanto a adjudicação quanto a homologação caberão à autoridade competente.

14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **14.1.** Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.
- **14.1.1.** A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.
- **14.2.** A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.
- **14.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- **14.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **14.5.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, e-mail, correios ou entregues pessoalmente.
- **14.6.** Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou

irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15. DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **15.1.** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 81 e 87, I a IV, § 1° a 3° da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, restando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita à aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta apresentada, além da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos.
- **15.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no item 15.1.
- **15.3.** Se, dentro do prazo, o convocado não assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da mesma, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- **15.4.** O prazo de vigência do presente REGISTRO DE PREÇOS será de **12** (**doze**) **meses**, a contar de sua assinatura.
- 15.5. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e exigências contidas no Projeto Básico ANEXO IV.
- **15.7.** Não serão aceitos serviços nas quantidades e qualidade com descrição diferente daquela constante na proposta vencedora bem como em desconformidade com os padrões estabelecidos no edital e no Contrato.
- **15.8.** Após a verificação, e consequente aprovação, será dado aceite na Nota Fiscal, quando então, ocorrerá o pagamento.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO



- **16.1.** O pagamento dos serviços será efetivado em até 30 dias, após a realização dos serviços e mediante apresentação de Notas Fiscais e documentação necessária para liquidação da despesa.
- **16.2.** Para pagamento, a empresa deverá apresentar a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho/Autorização de Fornecimento/Contrato.
- **16.3.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,2% ao mês, *pro rata*.
- **16.4.** Serão processadas as retenções previdenciárias e demais tributos nos termos da Lei que regula a matéria.

17. DAS PENALIDADES

- **17.1.** O não cumprimento das obrigações, total ou parcial, sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:
- a) <u>advertência</u>: executar o contrato ou as obrigações com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;
- **b**) <u>multa diária de 4%</u> sobre o valor total do Contrato/Termo de Autorização: executar o contrato ou as obrigações com atraso injustificado, até o limite de 02 (dois) dias, após será considerado como inexecução contratual;
- c) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 01 (um) ano e <u>multa de 10%</u> sobre o valor estimado da contratação: deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar);
- **d**) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 01 (um) ano e <u>multa de 10%</u> sobre o valor total do Contrato/Termo de Autorização: inexecução parcial do contrato ou das obrigações;
- e) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 02 (dois) anos e <u>multa de 15%</u> sobre valor total do Contrato/Termo de Autorização: inexecução total do contrato ou das obrigações;
- f) declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 15% sobre o valor total do Contrato: causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual ou das obrigações, praticar ato ilícito visando frustrar ou fraudar a execução do contrato.
- **17.2.** As multas são independentes entre si e a aplicação de uma, não exclui a das outras.

- **17.3.** As multas serão calculadas sobre o valor total do Contrato/Autorização de fornecimento.
- **17.4.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **17.5.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **17.6.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- **17.7.** Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do item 17.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- **17.8.** O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à Autoridade Superior Competente da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- **17.9.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- **17.10.** O **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:
 - a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- **b**) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
 - d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
 - e) mais de 2 (duas) advertências.
- **17.11.** O **CONTRATANTE** poderá, ainda, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n° 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela



contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

19. DA FISCALIZAÇÃO

- **19.1.** A fiscalização será efetuada pelo(a) Secretário(a) correspondente (Titular da pasta), ou servidor por ele(a) designado, nos termos dos §§ 1° e 2° do art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93.
- **19.1.1.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a administração reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por designados.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

20.1. As despesas decorrentes da futura contratação oriunda desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, previstas no orçamento municipal vigente, no momento da contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **21.1.** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.
- **21.2.** Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.
- **21.3.** Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.
- **21.4.** É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- **21.5.** A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.
- 21.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, no que for de sua competência,



que decidirá com base na legislação em vigor, e pela Administração Municipal.

- **21.7.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- **21.8.** Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Guaporé, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.
- **21.9.** DA ATA DE REGISTRO a ser assinada com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas da Lei nº 8.666/93.
- **21.10.** Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:
 - a) ANEXO I Termo de Referência;
 - **b**) ANEXO II– Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - c) ANEXO III Minuta de Contrato;
 - d) ANEXO IV Projeto Básico;
 - e) ANEXO V Planilha de Custos.
- **21.11.** O Município reserva-se o direito de anular ou revogar a presente Licitação, devidamente justificada, sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.
- **21.12.** Informações serão prestadas aos interessados na Prefeitura Municipal de Guaporé/RS, no Setor de Licitações, sito na Av. Silvio Sanson, 1135, Centro, telefone (54) 3443-5717, onde poderão ser obtidas cópias do edital e seus anexos, e pelo site: www.guapore.rs.gov.br.

Guaporé, 26 de outubro de 2023.

VALDIR CARLOS FABRIS PREFEITO RODRIGO DE MARCO ASSESSOR JURÍDICO OAB/RS nº 71.020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS **PARA FUTURA** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA ELABORAÇÃO DIAGRAMAÇÃO E **PARA** \mathbf{E} **POSTERIOR AQUISIÇÃO** DE **CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA** MANUTENÇÃO DAS **ATIVIDADES** DAS **ESCOLAS** DE **EDUCAÇÃO ESCOLAS ENSINO** INFANTIL \mathbf{E} DAS DE FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO.

Item	Quant./ Un.	Descrição dos Serviços/Produtos	Valor Unitário de Referência (R\$)	Valor Total de Referência (R\$)
01	01 Un.	Contratação de empresa especializada para a elaboração, diagramação e impressão de cadernos pedagógicos personalizados de educadores para o ano de 2024.	1.916,67	1.916,67
02	600 Un.	Cadernos pedagógicos personalizados de educadores para o ano de 2024, contendo capa e contracapa em capa dura (cartão 1,5mm com espelho branco), formato 20x28cm (fechado), com impressão em cores 4x0 escala Europa, em papel couche fosco 150g com laminação fosca. Bolsa pp anterior a primeira página, tipo bolsa "canguru" que permita o acondicionamento de documentos, esta bolsa deverá ser confeccionada com lâmina de polipropileno; Miolo em papel off set 75g: 01 folha para mensagem impressão 4x0 01 página para dados pessoais, 1 cor 01 página para calendários 2023 e 2025, 1 cor 01 página para 2024 com feriados, 1 cor 01 página para calendário escolar Educação Infantil, colorido 01 página para calendário escolar Ensino Fundamental,	35,50	21.300,00



	colorido					
	24 páginas para planejamento mensal 2024, contendo os 12					
	meses do ano, cada mês abrangendo duas páginas, todas em					
	1 cor					
	01 página para agenda telefônica com nome, telefone e e-					
	mail, 1 cor					
	80 folhas pautadas com campo para inclusão de data e					
	semana, em formato 20x28cm, 1 cor					
	Fechamento com wire-o					
·	Obs.: As artes da capa, contracapa, mensagem e miolo					
	deverão ser desenvolvidas pela empresa vencedora do					
	certame.					
	Arte final por conta do fornecedor e aprovada pela					
	Secretaria Municipal de Educação.					
Valor Global de Referência: R\$ 23.216,67						

Valdir Carlos Fabris Prefeito



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___

Aos _	dias do n	nês de	do a	ano de do	is mil e vi	nte e três,
no Setor de Licitae	ções da Prefeitura	a Municipal	de Guapore	é/RS, loca	alizado na	Av. Silvio
Sanson, 1135, no	o Município de	Guaporé,	RS, inscri	to no C	NPJ/MF	sob o n.º
87.862.397/0001-0)9, neste ato rep	resentado p	or seu Pref	eito Mun	icipal, Sr.	VALDIR
CARLOS FABRI	S, e as emp	presas dete	ntoras		CNPJ n	·,
endereço, re	epresentada pelo	Senhor	; conso	ante disp	osições co	ontidas na
Lei Federal nº 10.	520, de 17 de jul	lho de 2002	e os Decre	tos Muni	cipais nº 3	439/2003,
3748/2006, 4761/	2012, 5530/2016	5, 5536/201	6, 5616/20	17, 5649	/2017, 56	61/2017 e
suas alterações, co	om aplicação sub	osidiária da	Lei nº 8.66	66, de 21	de junho	de 1993 e
alterações, com ar	nparo no Decreto	Municipal	n° 5008, d	le 12 de a	gosto de 2	013, e em
face da classificaç	ão das propostas	apresentada	as no Pregã	o Eletrôr	nico nº 16	5/2023, no
sistema de Regis	tro de Preços, l	homologado	em	_, resolve	e REGIST	TRAR OS
PREÇOS para	CONTRATAÇÃ	O DE E	MPRESA	ESPECI	ALIZAD	A PARA
ELABORAÇÃO	E DIAGRAM	MAÇÃO	E POSTE	ERIOR	AQUISIÇ	CÃO DE
CADERNOS PE	DAGÓGICOS F	'ARA MAI	NUTENÇÃ	O DAS A	ATIVIDA	DES DAS
ESCOLAS DE	EDUCAÇÃO	INFANTII	E DAS	ESCOI	AS DE	ENSINO
FUNDAMENTA	L DO MUNICÍI	PIO, especit	ficados em 1	tabela ane	xa, que fic	ca fazendo
parte integrante de	sta Ata, consoan	te as seguin	tes cláusula	s e condiç	cões:	

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

- 1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO E POSTERIOR AQUISIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO.
- **1.2.** Os serviços serão requisitados de acordo com a necessidade e conveniência deste Município.

- **1.3.** A existência de preços registrados não obriga este Município a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- **1.4.** O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- **2.1.** Sempre que julgar necessário, este Município solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos produtos registrados, na quantidade que for preciso, mediante a expedição do Contrato ou Termo de Autorização de Fornecimento.
- **2.2.** A Secretaria Municipal requisitante do Registro de Preços solicitará ao Departamento de Compras a aquisição dos produtos, contendo descrição, quantidade, unidade e local para a entrega.
- **2.3.** O Contrato ou a Autorização de Fornecimento/Solicitação serão enviados via facsímile/e-mail ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile/e-mail, as documentos deverão ser retirados no Setor de Licitação/Departamento de Compras, situado na Av. Silvio Sanson, 1135, Centro, Guaporé-RS, no prazo de 01 (um) dia, contado a partir da convocação. As vias do contrato original serão enviadas também por correio, as quais deverão ser assinadas pela empresa e após remetidas para o Município de Guaporé.
- **2.4.** O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada dos documentos de autorização poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.
- 2.5. A não confirmação do recebimento ou a não retirada dos referidos documentos no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), aos tributos e contribuições Federais e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.
- **2.6.** Os produtos, após o envio da Autorização de Fornecimento/Solicitação, deverão ser entregues na Secretaria solicitante, com despesas de frete, descarregamento e demais



encargos por conta da(s) empresa(s) vencedora(s).

2.7. A Administração rejeitará o fornecimento em desacordo com as especificações solicitadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

- **3.1.** Quando da entrega, o Município verificará a conformidade dos produtos com as especificações do edital e da proposta adjudicada.
- **3.2.** Após a verificação, e consequente aprovação, será dado recebimento em definitivo.
- **3.3.** A Detentora fica obrigada a atender todas as contratações efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- **3.4.** Na hipótese de negar-se a detentora a receber as Autorização(s) de Fornecimento, esta(s) serão enviada(s) pelo correio, registrada(s), considerando-se como efetivamente recebida(s), na data do registro, para todos os efeitos legais.
- **3.5.** Nos preços unitários ora registrados já estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que ao Município nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante na Tabela Anexa que faz parte integrante deste Ata.
- **3.6.** Havendo erro na nota fiscal ou nota fiscal/fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias.
- **3.7.** Eventual atraso nos pagamentos não isentará em qualquer hipótese a detentora da presente Ata do cumprimento das responsabilidades avençadas, nem impedirão a aceitação de novos pedidos.
- **3.8.** O pagamento dos serviços será efetivado em até 30 dias, após a realização dos serviços e mediante apresentação de Notas Fiscais e documentação necessária para liquidação da despesa. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,2% ao mês, *pro rata*.
- 3.9. O pagamento dar-se-á por meio de ordem bancária, na seguinte conta corrente

indicada pela empresa adjudicatária na proposta comercial: Banco___Agência__Conta__, ou mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a empresa adjudicatária efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

- **3.10.** Os preços que vierem a constar nas futuras contratações, não poderão sofrer alteração ou reajustamento. As futuras contratações seguem as disposições da Lei nº 8.666/93.
- **3.11.** O preço do valor registrado não sofrerá qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.
- **3.12.** O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto, quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.
- **3.13.** A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
- **3.14.** O Município, quando ocorrer, poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados garantindo a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação.
- 3.15. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e exigências contidas no Projeto Básico ANEXO IV.
- **3.16.** Não serão aceitos serviços nas quantidades e qualidade com descrição diferente daquela constante na proposta vencedora bem como em desconformidade com os padrões estabelecidos no edital e no Contrato.
- **3.17.** Após a verificação, e consequente aprovação, será dado aceite na Nota Fiscal,

quando então, ocorrerá o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA: DAS PENALIDADES

- **4.1.** O não cumprimento das obrigações, total ou parcial, sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:
- a) <u>advertência</u>: executar o contrato ou as obrigações com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;
- **b**) <u>multa diária de 4%</u> sobre o valor total do Contrato/Termo de Autorização: executar o contrato ou as obrigações com atraso injustificado, até o limite de 02 (dois) dias, após será considerado como inexecução contratual;
- c) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 01 (um) ano e <u>multa de 10%</u> sobre o valor estimado da contratação: deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar);
- **d**) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 01 (um) ano e <u>multa de 10%</u> sobre o valor total do Contrato/Termo de Autorização: inexecução parcial do contrato ou das obrigações;
- e) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 02 (dois) anos e <u>multa de 15%</u> sobre valor total do Contrato/Termo de Autorização: inexecução total do contrato ou das obrigações;
- f) declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 15% sobre o valor total do Contrato: causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual ou das obrigações, praticar ato ilícito visando frustrar ou fraudar a execução do contrato.
- **4.2.** As multas são independentes e a aplicação de uma, não exclui a das outras.
- **4.3.** As multas serão calculadas sobre o valor total do Contrato/Autorização de fornecimento.
- **4.4.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **4.5.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **4.6.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

- **4.7.** Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do item 4.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- **4.8.** O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à Autoridade Superior Competente da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- **4.9.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- **4.10.** O **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:
 - a) Por infração a qualquer de suas cláusulas;
 - b) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou dissolução da contratada;
- c) Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao município;
 - d) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
 - e) Mais de 2 (duas) advertências.
- **4.11.** O **CONTRATANTE** poderá, ainda, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.12. DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES:

- **4.12.1.** A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que retardarem a execução do Pregão;
- **4.12.2.** Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
- **4.12.3.** Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.
- **4.13.** É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- **4.14.** A detentora que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente,

falhar ou fraudar a execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo, fizer declaração ou cometer fraude fiscal, será declarado inidôneo e ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser suspensa ou cancelada de pleno direito, facultada a defesa do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- **b**) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a administração não aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- **d**) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
 - e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
 - f) por razões de interesse público, devidamente fundamentados.
- II Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- **5.2.** A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita pessoalmente ou por correspondência postal com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.
- **5.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerandose cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.



5.4.A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a administração, se apresentada com antecedência de <u>90 (noventa) dias</u> da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA SEXTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta Ata de Registro correrão por conta das dotações orçamentárias autorizadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, conforme orçamento municipal vigente, no momento da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **7.1.** A detentora da Ata de Registro de Preços, deverá, comunicar ao Município de Guaporé, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
- **7.2.** As detentoras devem ter pleno conhecimento de todas as disposições desta Ata, não podendo invocar nenhum desconhecimento como impeditivo do cumprimento de sua proposta ou de perfeito cumprimento da Ata.
- **7.3.** Os preços serão registrados no Setor de Licitação/Departamento de Compras, que poderá requisitar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante a solicitação formal pelo Secretário Municipal da unidade requisitante, de contrato administrativo junto a Secretaria de Administração, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, sendo que as contratações serão efetuadas após manifestação favorável da Secretaria Municipal da Fazenda, com a indicação da dotação orçamentária.
- **7.4.** A Administração, por meio do Setor de Licitação/Departamento de Compras, emitirá o Termo de Autorização, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos produtos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do §4° do artigo 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, autorizadas, caso a caso, pelo Secretário Municipal da unidade requisitante, após manifestação favorável da Secretaria Municipal da Fazenda.
- **7.5.** Fica a detentora desta Ata obrigada a manter, durante toda a execução da Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme art. 55, Inciso

XIII da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

- **7.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração adquirir os materiais referentes ao Registro de Preços, não surtindo ao beneficiário do preço indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 5008/2013.
- **7.7.** Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93 posteriores alterações.
- **7.8.** Observados os critérios e condições estabelecidos na presente Ata, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.
- **7.9.** O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do BENEFICIÁRIO DO PREÇO REGISTRADO/CONTRATADO para outras entidades, sejam técnicos ou quaisquer outros.
- **7.10.** O Registro de Preços poderá ser cancelado ou suspenso pela Administração, por interesse público ou por fatos supervenientes que vierem acontecer a qualquer momento, desde que amplamente justificado, sem que caibam quaisquer direito ou indenização.
- **7.11.** Fica eleito o Foro do Município de Guaporé/RS, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
- **7.12.** E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Guapore,	
	Assinaturas:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ E A EMPRESA
O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, Pessoa Jurídica de Direito Público Intern

O MUNICIPIO DE GUAPORE, Pessoa Juridica de Direito Publico Interno,
sita a Av. Silvio Sanson, 1135, Guaporé-RS, CNPJ nº 87.862.397/0001-09, neste ato
representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, SR. VALDIR CARLOS FABRIS,
doravante denominado CONTRATANTE e a empresa estabelecida à , na
cidade de CNPJ n° , pelo seu representante infra-assinado, doravante
denominada CONTRATADA, considerando a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
n°, vinculada ao PREGÃO ELETRÔNICO nº, PROCESSO nº,
homologado em, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei
Federal nº 10.520/02, e Decretos Municipais nº 3439/2003, 3748/2006, 4761/2012,
5530/2016, 5536/2016, 5616/2017, 5649/2017 e 5661/2017, subsidiariamente a Lei nº
8.666/93, e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO E POSTERIOR AQUISIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO, conforme segue:

Item	Quant.	Un.	DESCRIÇÃO	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- **2.1.** O presente contrato tem o valor total de \mathbb{R} \$, conforme proposta adjudicada, que integra o presente instrumento sendo de pleno conhecimento das partes.
- **2.2.** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao objeto, conforme nota Fiscal, observados os preços unitários cotados na proposta adjudicada.
- **2.3.** O pagamento dos serviços será efetivado em até 30 dias, após a realização dos serviços e mediante apresentação de Notas Fiscais e documentação necessária para liquidação da despesa, em depósito na seguinte conta bancária em nome da **CONTRATADA**:

Banco:	
Agência:	
Conta:	

- **2.4.** Serão processadas as retenções previdenciárias e demais tributos, nos termos da legislação que regula a matéria.
- **2.5.** A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.
- **2.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela administração.
- **2.7.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e individualizadas por dotação orçamentária, quando for o caso.
- **2.8.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- **2.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- **2.10.** As despesas decorrentes do presente contrato serão sustentadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

- 3.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e exigências contidas no Projeto Básico ANEXO IV.
- **3.2.** Não serão aceitos serviços nas quantidades e qualidade com descrição diferente daquela constante na proposta vencedora bem como em desconformidade com os padrões estabelecidos no edital e no Contrato.
- **3.3.** Após a verificação, e consequente aprovação, será dado aceite na Nota Fiscal, quando então, ocorrerá o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATO

- **4.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.
- **4.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo **CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- **4.3.** Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições previstas no Edital, na Ata de Registros de Preços e na proposta apresentada pela adjudicatária.
- **4.4.** O contrato tem vigência até a data de ______, a contar da data da sua assinatura, iniciando em_____, até____.
- **4.5.** A fiscalização do contrato é de responsabilidade do(a) Secretário(a) Municipal de _____ (Titular da Pasta), ou pessoa por ele(a) designada.
- **4.5.1.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a administração reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por designados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DO CONTRATANTE:

- **5.1.1.** Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste Contrato;
- **5.1.2.** Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;
- **5.1.3.** Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- **5.1.4.** Organizar, separar, informar e instruir a contratada como deverá ser a forma de encadernação dos conteúdos pertinentes, bem como as cores desejadas;
- **5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a execução dos serviços e apresentação da Nota Fiscal no setor competente;
- **5.1.6.** Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2. DA CONTRATADA:

- **5.2.1.** Executar o objeto nas especificações contidas neste projeto básico;
- **5.2.2.** Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos;
- **5.2.3.** Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- **5.2.4.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme dispositivos do artigo 65 da Lei n ^o 8.666/93;
- **5.2.5.** Fornecer a mão de obra, os materiais necessários e demais itens para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas;
- **5.2.6.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos ternos da legislação vigente;
- **5.2.7.** Executar a elaboração e a diagramação, no prazo mínimo de 03 (três) dias e máximo de 05 (cinco) dias, sendo que após a primeira pré-conclusão do projeto, a empresa terá até 10 (dez) encontros para toda e qualquer alteração necessária e desejada por parte da Secretaria Municipal de Educação a pré-aprovação e aprovação final;

5.2.8. Ter disponibilidade de reunir-se, durante o prazo de elaboração e diagramação, de no mínimo 01 (uma) hora/dia, na sala da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaporé/RS, situada na Av. Silvio Sanson, Nº. 1135 — Bairro Centro;

GABINETE DO PREFEITO

- **5.2.9.** Desenvolver uma identidade visual, com cunho de ilustração;
- **5.2.10.** Antes da aprovação final, a empresa deverá apresentar prova impressa de cores;
- **5.2.11.** Após a aprovação final, a empresa deverá entregar em até 20(vinte) dias todo o material impresso;
- **5.2.12.** A empresa deverá entregar para a Secretaria de Educação cópia da Arte desenvolvida para a capa em PDF. Também deverá entregar arquivo em um destes três formatos: Photoshop, Coreldraw ou Ilustration.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

- **6.1.** O não cumprimento das obrigações, total ou parcial, sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:
- a) <u>advertência</u>: executar o contrato ou as obrigações com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;
- **b)** <u>multa diária de 4%</u> sobre o valor total do Contrato/Termo de Autorização: executar o contrato ou as obrigações com atraso injustificado, até o limite de 02 (dois) dias, após será considerado como inexecução contratual;
- c) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 01 (um) ano e <u>multa de 10%</u> sobre o valor estimado da contratação: deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar);
- **d**) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 01 (um) ano e <u>multa de 10%</u> sobre o valor total do Contrato/Termo de Autorização: inexecução parcial do contrato ou das obrigações;
- e) <u>suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração</u> pelo prazo de até 02 (dois) anos e <u>multa de 15%</u> sobre valor total do Contrato/Termo de Autorização: inexecução total do contrato ou das obrigações;
- f) declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 15% sobre o valor total do Contrato: causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual ou das obrigações, praticar ato ilícito visando frustrar ou fraudar a execução do contrato.

- **6.2.** As multas são independentes e a aplicação de uma, não exclui a das outras.
- **6.3.** As multas serão calculadas sobre o valor total do Contrato.
- **6.4.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **6.5.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **6.6.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- **6.7.** Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d", do item 6.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- **6.8.** O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à Autoridade Superior Competente da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- **6.9.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- **6.10.** O **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:
 - a) Por infração a qualquer de suas cláusulas;
 - b) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou dissolução da contratada;
- c) Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao município;
 - d) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
 - e) Mais de 2 (duas) advertências.
- **6.11.** O **CONTRATANTE** poderá, ainda, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.12. DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES:

- **6.12.1.** A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que retardarem a execução do Pregão;
- **6.12.2.** Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
- **6.12.3.** Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.
- **6.13.** É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- **6.14.** A empresa que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo, fizer declaração ou cometer fraude fiscal, será declarado inidôneo e ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

TESTEMUNHAS:

7.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Guaporé-RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em cinco vias de igual teor.

Município de Guaporé/RS, de	de
CONTRATADA	CONTRATANTE

ASSESSORIA JURÍDICA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV

PROJETO BÁSICO

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração, diagramação e impressão de cadernos pedagógicos personalizados de educadores para o ano de 2024.

2 – JUSTIFICATIVA

Esta proposta justifica-se tendo em vista a melhor organização, planejamento pedagógico diário de nossos educadores e para o fácil acesso aos calendários da rede municipal, para cada modalidade de ensino.

3 – OBJETIVO

Possibilitar e viabilizar a organização pedagógica e funcional dos educadores da Rede Municipal de Ensino.

4 - DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS/ MATERIAIS

Contratação de empresa especializada para a elaboração, diagramação e impressão de cadernos pedagógicos personalizados de educadores para o ano de 2024, sendo:

- Capa e contracapa em capa dura (cartão 1,5mm com espelho branco), formato 20x28cm (fechado), com impressão em cores escala Europa, em papel couche fosco 150g com laminação fosca.
- Apenas na Capa, mais aplicação de Verniz Localizado lx0.
- Bolsa pp anterior a primeira página, tipo bolsa "canguru" que permita o acondicionamento de documentos, esta bolsa deverá ser confeccionada com lâmina de polipropileno;
- Miolo em papel off set 75g:
- 01 folha para mensagem impressão 4x0
- 01 página para dados pessoais, 1 cor
- 01 página para calendários 2023 e 2025, 1 cor

- 01 página para 2024 com feriados, 1 cor
- 01 página para calendário escolar Educação Infantil, colorido
- 01 página para calendário escolar Ensino Fundamental, colorido
- 24 páginas para planejamento mensal 2024, contendo os 12 meses do ano, cada mês abrangendo duas páginas, todas em 1 cor
- 01 página para agenda telefônica com nome, telefone e e-mail, 1 cor
- 80 folhas pautadas com campo para inclusão de data e semana, em formato 20x28cm, 1 cor
- Fechamento com wire-o
- As artes da capa, contracapa, mensagem e miolo deverão ser desenvolvidas pela empresa vencedora do certame.
- Arte final por conta do fornecedor e aprovada pela SME.
- A empresa deverá entregar para a Secretaria de Educação cópia da arte desenvolvida para a capa em PDF. Também deverá entregar arquivo em um destes três formatos: Photoshop, Coreldraw ou Ilustration.

5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

A empresa vencedora do certamente deverá apresentar:

- Profissional na área da comunicação social formado, sendo com habilitação em Publicidade e Propaganda ou Design Gráfico;
- Comprovação de já ter prestado serviços para órgãos públicos elou privados.

6 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Executar o objeto nas especificações contidas neste projeto básico.
- Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos.
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme dispositivos do artigo 65 da Lei n º 8.666/93.
- Fornecer a mão de obra, os materiais necessários e demais itens para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas.
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos ternos da legislação vigente.
- Executar a elaboração e a diagramação, no prazo mínimo de 03 (três) dias e máximo de 05 (cinco) dias, sendo que após a primeira pré-conclusão do projeto,



a empresa terá até 10 (dez) encontros para toda e qualquer alteração necessária e desejada por parte da Secretaria Municipal de Educação a pré-aprovação e aprovação final.

- Ter disponibilidade de reunir-se, durante o prazo de elaboração e diagramação, de no mínimo 01 (uma) hora/dia, na sala da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaporé/RS, situada na Av. Silvio Sanson, Nº 1135 — Bairro Centro.
- Desenvolver uma identidade visual, com cunho de ilustração;
- Antes da aprovação final, a empresa deverá apresentar prova impressa de cores;
- Após a aprovação final, a empresa deverá entregar em até 20 (vinte) dias todo o material impresso;
- A empresa deverá entregar para a Secretaria de Educação cópia da Arte desenvolvida para a capa em PDF. Também deverá entregar arquivo em um destes três formatos: Photoshop, Coreldraw ou Ilustration.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste Contrato;
- Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;
- Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- Organizar, separar, informar e instruir a contratada como deverá ser a forma de encadernação dos conteúdos pertinentes, bem como as cores desejadas.
- Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a execução dos serviços e apresentação da Nota Fiscal no setor competente;
- Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

8 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a administração reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por designados.

A fiscalização da qualidade dos serviços prestados fica sob a responsabilidade do gestor do contrato.

9 - PAGAMENTO DOS SERVIÇOS



O pagamento dos serviços será efetivado em até 30 dias, após a realização dos serviços e mediante apresentação de Notas Fiscais e documentação necessária para liquidação da despesa.

Guaporé/RS, 17 de agosto de 2023.

Veridiana Maria Tonini Secretária Municipal da Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS

ITEM 01:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

PLANILHA DE CUSTOS

ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PERSONALIZADOS DE EDUCADORES PARA O ANO DE 2024

Itens	Descrição		Projeção	
A - Elaboração da Arte	Para cadernos pedagógicos personalizados	R\$	780,00	
B - Diagramação dos Cadernos	Para cadernos pedagógicos personalizados	R\$	720,00	
	SUB TOTAL	R\$	1.500,00	
C - Cutsos Indiretos	Custos Indiretos	R\$	75,00	
D - Tributos	Lucro Presumido 8,65%	R\$	165,79	
E - Lucro	Lucro	R\$	175,88	
	TOTAL (A + B + C + D + E)	R\$	1.916,67	
	CUSTO TOTAL	R\$	1.916,67	

Guaporé, 12 de setembro de 2023.

OS CÁLCULOS FORAM ELABORADOS CONSIDERANDO UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Obs.: A planilha de composição de custos e formação de preços é meramente estimativa, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la em conformidade com a sua realidade e com as condições previstas neste edital.